



**Fórum para a Investigação
Agronómica em África**



União Africana



**Nova Parceria para o
Desenvolvimento da África**

QUADRO PARA A PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA

**AFRICANA
(FAAP)**

01 DE JUNHO DE 2006

CONTACTO:

FORUM FOR AGRICULTURAL RESEARCH IN AFRICA (FARA)

SECRETARIAT • 2 Gowa Close, Roman Ridge • PMB CT 173, Accra Ghana • Tel: + 233 21 779421

Fax: +233 21 773676 • Email: mjones@fara-africa.org • Web: www.fara-africa.org

QUADRO PARA A PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA

**AFRICANA
(FAAP)**

PROJECTO DE DOCUMENTO

01 DE JUNHO DE 2006

Índice:

Resumo Sucinto.....	1
1. Introdução.....	2
2 Produtividade Agrícola Africana – Um Imperativo para Mudança.....	3
3. O Quadro para a Produtividade Agrícola Africana (FAAP).....	8
3.1 Evolução e Reforma de Instituições e Serviços Agrários.....	9
3.1.1 Autonomização.....	10
3.1.2 Extensão Agrária.....	12
3.1.3 Investigação Agronómica.....	14
3.1.4 Formação e Educação Agronómicas.....	15
3.2 Incremento da Escala de Investimentos da Produtividade Agrícola da África.....	17
3.3 Apoio Financeiro Alinhado e Coordenado.....	18
4. Utilização do FAAP.....	20
4.1 Panorâmica.....	20
4.2 Nível Nacional.....	20
4.3 Nível Sub-Regional.....	21
4.4 Nível Continental.....	23
4.5 Contribuições Internacionais.....	24
5 Lições Aprendidas e o FAAP.....	25
5.1 Processos de Revisão do FAAP e do CAADP.....	25
5.2 Monitoria e Avaliação do FAAP.....	25
6. Conclusão e Acompanhamento.....	26

Quadro para a Produtividade Agrícola Africana (FAAP)

Resumo Sucinto

Os líderes africanos consideram a agricultura como um motor para o desenvolvimento económico geral. O crescimento agrícola sustentável a uma taxa muito mais elevada do que no passado, é crucial para a redução da fome e da pobreza pelo Continente inteiro, em linha com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A Nova Parceria da União Africana para o Desenvolvimento da África (NEPAD-UA) emitiu um Programa Compreensivo Africano para o Desenvolvimento Agrícola (PCADA-CAADP) que descreve a visão colectiva dos líderes africanos para a sua realização.

Uma componente chave da visão apela para o incremento da produtividade agrícola capaz de favorecer e acelerar a inovação. O Pilar IV do PCDAA constitui a estratégia da NEPAD para a revitalização de esforços na expansão e na adopção e disseminação de reformas de investigação e tecnologias agrónomicas de África. Presentemente, insuficiências crónicas afligem muitos dos programas de produtividade agrícola do Continente. Isso explica o histórico fraco desempenho do sector e a actual situação difícil dos agricultores africanos. Consultas com líderes agrónomicos, profissionais agrónomicos e homens de negócio na agricultura e agricultores, revelam um substancial acordo de que questões institucionais tais como a fraca capacidade, o insuficiente consumidor final e o envolvimento do sector privado, bem como ineficazes sistemas de apoio ao agricultor persistem na grande parte dos programas e das organizações da produtividade agrícola da África, obstaculizando o progresso no sector. Esses problemas são exacerbados pela natureza fragmentada do apoio e pelo conjunto de investimento inadequado na disseminação e na adopção de tecnologias.

Não obstante os enormes desafios com que a agricultura africana se confronta, há razões para optimismo. A União Africana (UA), ao estabelecer a NEPAD e formular o PCADA proporcionou o seu inequívoco apoio político a esse esforço. Ao estabelecer o Fórum para a Investigação Agrónomica em África (FARA), a África criou uma forma incluir a liderança técnica. Os parceiros de desenvolvimento de África indicaram a sua disponibilidade de responderem ao apelo do Continente. Por exemplo, em Gleneagles, nas NU, através da Comissão para a África e de várias outras formas, a sua intenção de proporcionarem apoio foi tornada muito clara.

O Quadro para a Produtividade Agrícola Africana (FAAP) reúne os ingredientes necessários para a evolução dos programas nacionais africanos da produtividade agrícola. Uma série de princípios norteadores foram desenvolvidos a partir de consultas com intervenientes africanos no campo da agricultura e seus parceiros de desenvolvimento. O FAAP indica como essas melhores práticas podem ser empregues para melhorar o desempenho da produtividade agrícola em África. Para além de melhorar o desempenho de iniciativas individuais, o FAAP destaca também a necessidade de se replicar e se expandir tais programas através de níveis mais elevados de investimento. Sublinha também como um maior financiamento deve ser disponibilizado através de mecanismos muito menos fragmentados do que tem sido o caso no passado. A harmonização dos próprios recursos da África com os dos parceiros de desenvolvimento, deve merecer uma alta prioridade na agenda.

O FAAP foi desenvolvido para servir de um instrumento para mobilizar esses recursos políticos, financeiros e técnicos para o tratamento dos problemas e o reforço da capacidade da África na inovação agronómica.

Quadro para a Produtividade Agrícola Africana (FAAP)

1. Introdução

O Programa Compreensivo para o Desenvolvimento Agrícola da África (PCDAA) foi endossado pelos Chefes de Estado e de Governo Africanos como uma visão para a restauração do crescimento agrícola, da segurança alimentar e do desenvolvimento rural no Continente. Um objectivo específico do PCDAA é a realização de uma taxa de crescimento médio anual de 6 por cento na agricultura. Para a realização desse objectivo, o PCDAA orienta o investimento em torno de quatro “pilares” que se reforçam mutuamente, nomeadamente: (i) a extensão da área sob a gestão sustentável da terra e sistemas fiáveis de controlo de recursos hídricos; o melhoramento da infra-estrutura rural e de capacidades relacionadas ao comércio para melhor acesso ao mercado; (iii) o aumento do aprovisionamento de alimentos e a redução da pobreza; e (iv) a investigação agronómica e a disseminação e a adopção de tecnologias. Cada um desses pilares incorpora políticas, reforma institucional e o reforço de capacidades.

A NEPAD solicitou o Fórum para a Investigação Agronómica em África no sentido de assumir a liderança no desenvolvimento de um quadro através do qual os desafios priorizados pelo Pilar IV do PCDAA possam ser efectiva e eficientemente realizados. Em resposta às aspirações da NEPAD, o FARA, em consulta com interessados, desenvolveram o Quadro para a Produtividade Agrícola Africana. Este Quadro aborda os desafios do Pilar IV do PCDAA para a investigação agronómica e visa a realização de sistemas reforçados de conhecimento agrícola com tecnologia rentável e sustentáveis e que são amplamente adoptados por agricultores, resultando num sustentado crescimento agrícola. Isso exigirá importantes melhoramentos na capacidade africana para a investigação agrícola, o desenvolvimento, a disseminação e a adopção de tecnologias, juntamente com políticas favoráveis, melhores mercados e infra-estruturas.

O FAAP tem como finalidade orientar e assistir os interessados na investigação e no desenvolvimento da agricultura em África a realizarem os objectivos do Pilar IV do PCDAA e da agenda do crescimento africano autonomizando os agricultores, os produtores animais e suas organizações, reforçando instituições, tanto públicas como privadas; promovendo a harmonização de acções e actores internos e externos; e gerando mais investimento. O processo de consulta através do qual o FAAP foi desenvolvido concluiu que as prioridades do Pilar IV do PCDAA para a investigação agronómica, a disseminação e a adopção de tecnológicas, requer mudanças significativas no, e abordagens ao: (i) reforço da capacidade da África na capacitação humana e institucional; (ii) à autonomização dos agricultores; e (iii) ao reforço dos serviços de apoio agrícola. Abordando esses factores e integrando activamente o sector privado no processo, ao mesmo tempo levando a cabo a necessária reforma do sector público, a África irá estabelecer a capacidade, tal como indicado no Pilar IV do PCDAA: *de fazer uma mudança de paradigma de uma abordagem de pacote essencialmente tecnológico à uma abordagem de investigação agronómica*

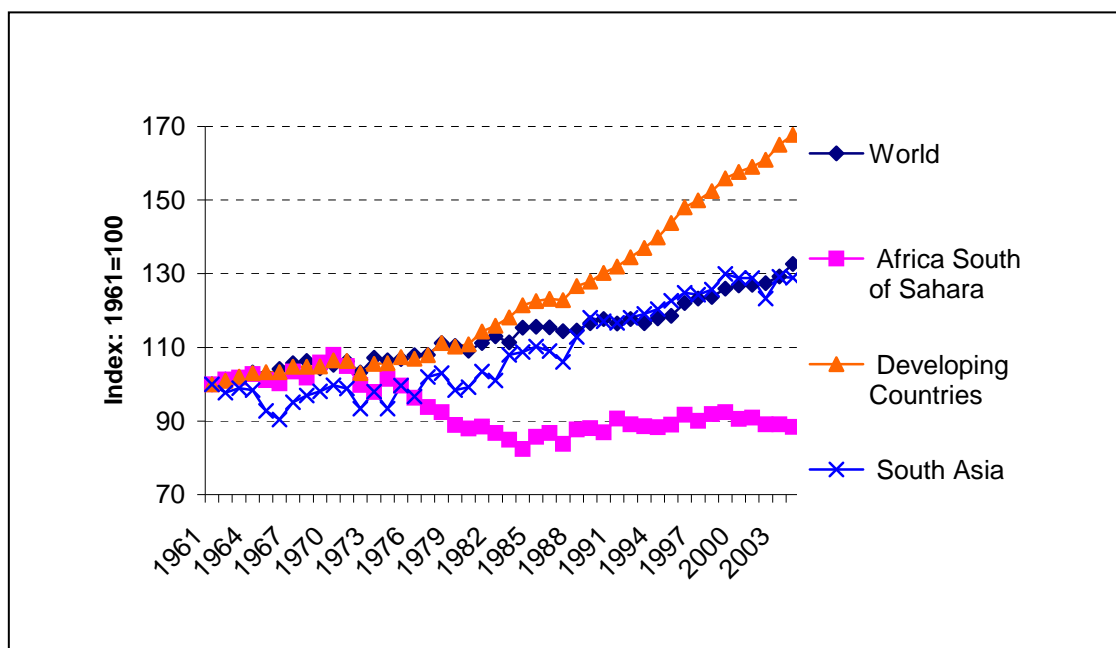
verdadeiramente integrada e para garantir que investigadores (nacionais e internacionais) trabalhem juntamente com agricultores de pequeno porte, pastores, agências de extensão, o sector privado e ONGs a fim de surtirem um impacto no terreno.

2 Produtividade Agrícola Africana – Um Imperativo para Mudança

As taxas elevadas e sustentadas de crescimento agrícola, em grande medida, instado pelo crescimento na produtividade, serão necessárias se os países africanos tiverem que acelerar a redução da pobreza. Isso porque o crescimento agrícola surte um efeito galvanizador poderoso sobre o resto da economia, particularmente durante as primeiras fases do desenvolvimento e da transformação económica, quando a agricultura representa importantes porções da receita, do emprego e do comércio externo nacionais. Este é hoje o caso em vários países africanos. O crescimento na agricultura permite padrões gerais de desenvolvimento que são de emprego intensivo e, deste modo, favorecendo os pobres. O crescimento agrícola beneficia os pobres tanto rurais, como urbanos, proporcionando-lhes mais alimentos e matéria-prima a preços baixos; libertando divisas para a importação de bens industriais de capital estratégicos; proporcionando montantes crescentes de capital e mão-de-obra para o desenvolvimento industrial; e reduzindo a pobreza através do crescimento na produtividade laboral e nas oportunidades de emprego nas zonas rurais.

O fraco desempenho do sector agrícola explica muito do lento progresso para a redução da pobreza e da fome em África. O fraco desempenho do sector agrícola explica muito do lento progresso para a redução da pobreza e da fome em África. O crescimento económico pouco conseguiu acompanhar as taxas de crescimento populacional tais como as de crescimento na produção agrícola per capita que estão muito atrasadas em relação a outras regiões (**Figura 1**). Para inverter esta tendência e realizar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs) de reduzir a pobreza em metade até 2015, o sector precisa crescer muito mais rápido e manter as taxas de crescimento anual de cerca de 6,2 por cento, de acordo com estimativas recentes. Alguns países necessitarão de taxas de crescimento mais altas ainda, por causa dos vários anos de negligência.

Figure 1: Tendências de crescimento no resultado de valor acrescentado per capita da agricultura



Fonte: FAOSTAT, 2006

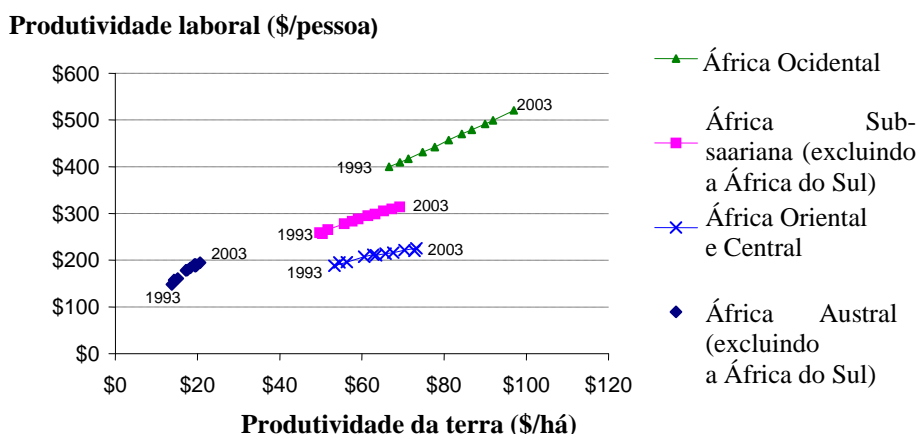
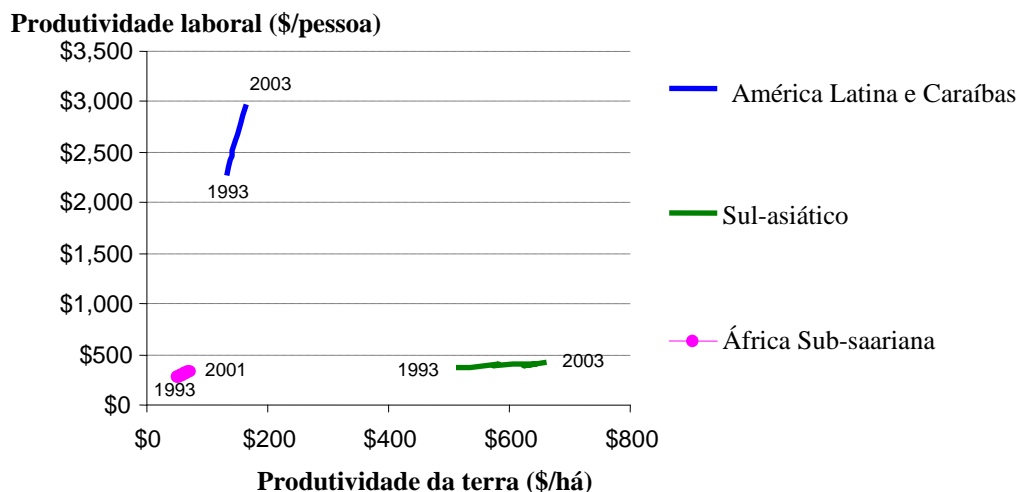
Pode a África realizar essa taxa necessária no crescimento agrícola? Isso dependerá de quão rapidamente ganhos na produtividade podem ser realizados para permitir que o sector cresça e concorra nos mercados tanto domésticos, como internacionais. O incremento da produtividade agrícola implica uma transformação da agricultura tradicional para moderna, o que “envolve tanto uma mudança técnica, como a presença de insumos, financiamento sazonal e sistemas de comercialização para aumentar a produção agrícola e fornecê-la aos consumidores a um preço competitivo”. (Poulton, Kydd e Dorward, Revista da Política de Desenvolvimento 2006 (4) p. 244).

Ao nível da produção, a produtividade agrícola mede o valor do resultado por um determinado nível de insumos. Para incrementar a produtividade agrícola, o valor do resultado deve crescer mais rápido do que o valor dos insumos. Ganhos na produtividade agrícola em geral podem, por conseguinte, resultar de mudanças no nível da produtividade física através da mudança na tecnologia empregue no processo de produção, o que resulta em maior produção per capita de insumos tais como a terra (rendimentos) ou a mão-de-obra, ou de mudanças nos custos de produção de mercado e, daí, o aumento de ganhos para os agricultores. Deste modo, o incremento da produtividade agrícola não só depende do reforço na eficiência da produção de tecnologia e práticas modernas ou melhoradas, mas também e de forma crítica, de vários outros factores tais como o acesso adequado a recursos produtivos, mercados e infra-estruturas em bom funcionamento e um clima de políticas favoráveis (por exemplo: políticas macro-económicas estáveis).

Tal como a **Figura 2** demonstra, os níveis de produtividade em África, tanto em termos da terra, como de mão-de-obra, estão ainda muito atrasados em relação a outras regiões em vias de desenvolvimento. No continente africano, a situação é particularmente marcada na África Austral e Oriental (excluindo a África do Sul). Os fracos níveis de crescimento nos rendimentos e na produção de cereais em África traduziram-se, ao

longo dos anos, na queda da produção alimentar per capita e maiores importações (20 por cento do consumo cerealífero africano depende de importações, incluindo ajuda alimentar), contribuindo a elevados níveis de insegurança alimentar aos níveis tanto nacional, como de lares.

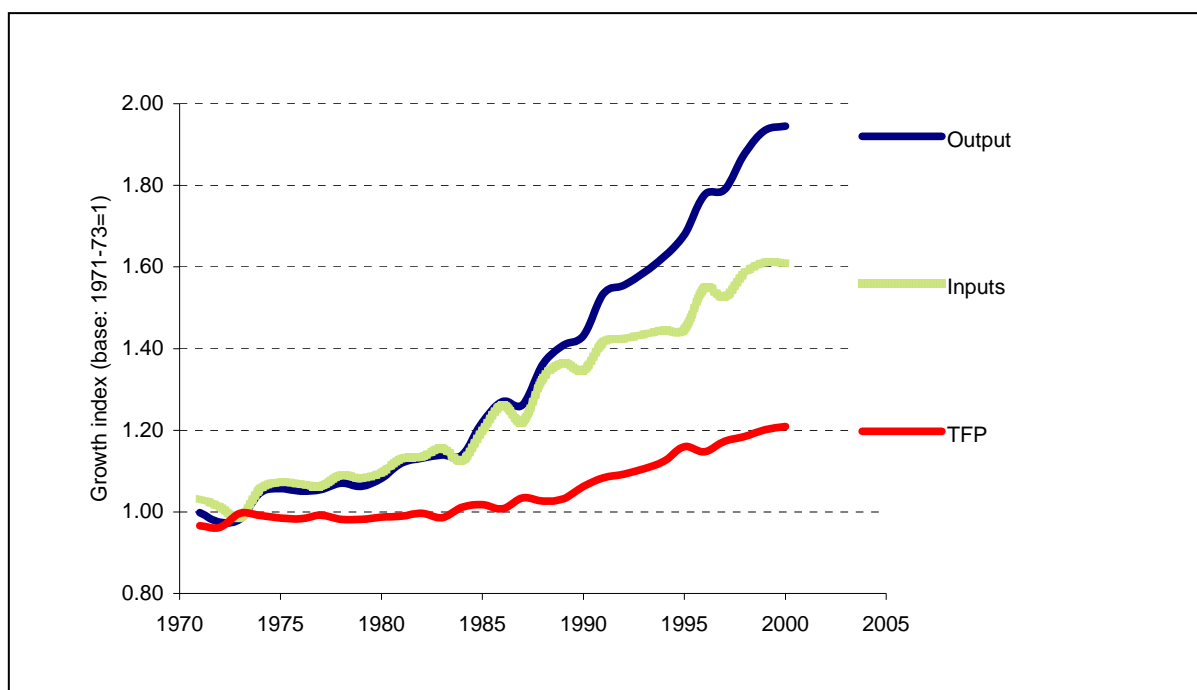
Figura 2: Produtividade da terra e da mão-de-obra



Quão rápido deve a produtividade agrícola crescer para produzir os 6% da taxa de crescimento na agricultura, apelada pelo PCDA, a fim de que a agricultura possa contribuir significativamente para a realização dos ODMs de reduzir em metade a fome e a pobreza até 2015? Um estudo recente¹ examinou o crescimento na produtividade do factor total (PFT) para responder a esta pergunta. A produtividade do factor total representa o crescimento de produção não considerada pelo crescimento nos insumos. Muito dos crescimentos da produção em África deveu-se à utilização expandida da terra, da mão-de-obra e do gado até à década de 1990, altura em que estimativas recentes implicam que o crescimento da produtividade desempenhou um papel cada vez mais preponderante, tal como ilustrado na Figura 3. A PFT cresceu a uma taxa anual média de 1,3% durante os anos de 1990, representando aproximadamente 40% dos 3,1% de crescimento anual na produção agrícola (**Tabela 1**). O crescimento nos insumos tradicionais da terra de mão-de-obra e do gado representou outros 60% do crescimento na produção agrícola. Para realizar a desejada taxa de crescimento agrícola de 6% ou mais serão necessárias taxas de crescimento anual de 4,4% da produtividade

do factor total. Isso porque o crescimento nos insumos da terra e da mão-de-obra são susceptíveis de continuar a crescer ao mesmo nível, tal como no passado, e a produtividade deve crescer a uma taxa mais acelerada para a produção poder crescer. A expansão da força de trabalho é ligado às tendências demográficas da região e mudanças no passado recente demonstra uma redução no crescimento da mão-de-obra. Ao mesmo tempo que a população economicamente activa na ASS aumentou a uma taxa de crescimento médio de 2,1% durante 1981-1990, esse crescimento reduziu-se para 1,9% por ano, durante a década de 90. A estimada expansão da produtividade a uma taxa média de crescimento anual de 4,4% pressupõe que a mão-de-obra e o capital continuarão a crescer tal como nos anos 90, contribuindo com 1,8 pontos percentuais ao crescimento na agricultura.

Figura 3: Fontes de crescimento da produção agrícola na ASS, 1971 - 2000



Fonte: Ludena, 2005

Tabela 1: Taxa de crescimento da produtividade agrícola necessária para realizar o crescimento da produtividade de 6,2 por cento.

	Produtividade (TFP)	Produção Agrícola	Estoque de Insumos	% de PFT no Crescimento da Produção
1971-1980	-0.1	0.8	0.9	-15.7
1981-1990	0.7	2.8	2.1	25.9
1991-2000	1.3	3.1	1.8	41.7
Meta do ODM *	4.4	6.2	1.8	71.0

Fonte: Ludena, 2005. * Estimativas das Metas dos ODMs para o crescimento da produtividade necessário para realizar um crescimento de 6,2 por cento na produção, supondo não haver mudança no crescimento do uso de insumos tradicionais.

Lições aprendidas do sucesso de estratégias de crescimento orientado à agricultura noutros cantos de países em vias de desenvolvimento, demonstram que o crescimento na produtividade e geral na agricultura foi galvanizado pelas tecnologias.

Todavia, a **Tabela 2** ilustra que uma medida de produtividade, a porção de áreas cultivadas para variedades modernas em África, é de apenas uma pequena fracção em relação a outras regiões e o melhoramento genérico representa apenas 28% de crescimento do rendimento em comparação com 88% na Ásia. Em adição à tecnologia, o acesso adequado a infra-estruturas rurais tem sido essencial para a promoção do crescimento na agricultura, bem como na economia não agrícola e em cidades rurais, e para reforçar as ligações da procura rural-urbana. Igualmente importante é o facto de que o crescimento deve ser abrangente, por forma a que os pequenos agricultores possam também beneficiar-se das inovações tecnológicas. As distorções nos preços devem também ser removidas a fim de proporcionar incentivos a agricultores, para poderem inverter e produzir.

Tabela 2: Tecnologia agrícola e produtividade, por região em vias de desenvolvimento

	Porção da área cultivada para variedades modernas (percentagem) ^a				Contribuição do melhoramento genérico de colheita ^b	Rendimento de cereais (Kg por hectare) ^c	Média e crescimento no rendimento de cereais ^d	Crescimento médio anual na produção alimentar per capita (percentagem) ^e
	1970	1980	1990	1998	1960-98	2000	1980-2000	1980-2000
Ásia	13	43	63	82	0.88	3.662	2.3	2.30
América Latina	8	23	39	52	0.66	2.09	1.9	0.90
Médio Oriente e África do Norte	4	13	29	58	0.69	2.660	1.2	1.00
África Sub-saariana	1	4	13	27	0.28	1.112	0.7	-0.01

a. De Evenson and Gollin 2003.

b. Medida como porção de aumento na produtividade.

c. Do Banco Mundial 2003a.

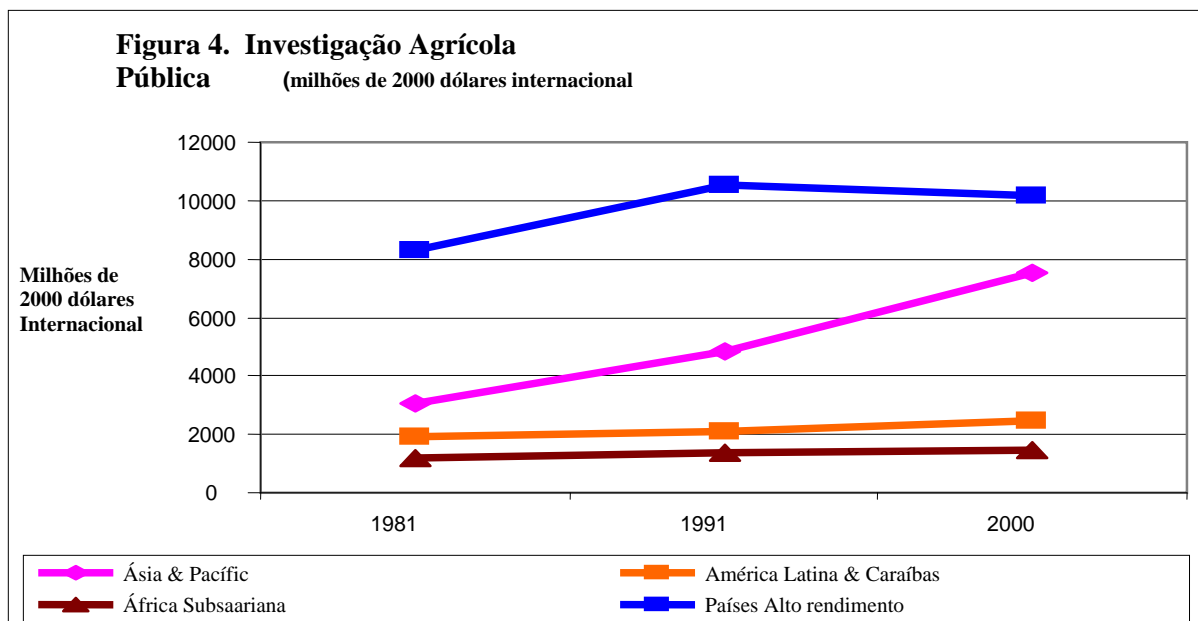
d. Da FAO 2003b.

e. África Sub-saariana refere-se a todos os países nas colunas 1-5 e as colunas 6-8 referem-se a 33 países na “África Tropical e Sub-saariana” tal como definido no Sachs e outros, 2004.

Fonte: Adaptado de Sachs e outros 2004.

A recompensa para maior investimento na investigação e na extensão agrícolas pode ser particularmente alta. Infelizmente, o investimento na I & D agrícola em África estagnou-se ao longo do tempo (**Figura 4**). O enfoque no investimento na I & D sobre o melhoramento de rendimentos dos alimentos básicos, tem o potencial de surtir ligações de crescimento mais fortes. Evidência empírica do mundo em vias de desenvolvimento sugere que um aumento de 1\$ na receita agrícola de base poderá gerar um adicional 0.30\$ a 0.80\$ em receita adicional na economia rural não agrícola, e um desproporcionado grande aumento no PIB total do país, através da maior procura de insumos, e mais importante ainda, através de maior procura de consumo como resultado de mais altas receitas agrícolas. De igual modo, o investimento na infra-estrutura particularmente as vias de acesso rurais, pode também levar a um grande crescimento de produtividade e a efeitos de redução da pobreza. Em adição aos seus efeitos sobre a

produtividade agrícola, o investimento na infra-estrutura pode também surtir importantes efeitos de crescimento sobre o sector não formal.



O crescimento agrícola, combinado com o crescimento não agrícola, produz benefícios ainda maiores. Isso porque receitas não agrícolas também aumentam a procura de produtos agrícolas. Entretanto, as receitas não agrícolas podem aumentar ainda mais através de efeitos multiplicadores decorrentes do próprio crescimento agrícola. Essas ligações são muito importantes na criação das dinâmicas de crescimento a longo prazo necessárias para a transformação estrutural rumo a uma economia mais industrializada.

3. O Quadro para a Produtividade Agrícola Africana (FAAP)

A secção dois demonstrou que a realização do objectivo do PCDA de uma taxa de crescimento de 6% na agricultura irá requerer um crescimento de 4,4% na produtividade. Essa taxa de crescimento de produtividade é muito mais alta do que os 1,3% que a ASS realizou em média durante os anos de 1990, embora alguns países tenham realizado taxas mais elevadas ao longo de determinados períodos de tempo. O negócio como sempre não poderá ajudar na realização dos altos níveis de crescimento da produtividade necessária. Investimentos na produtividade agrícola devem ser priorizados tendo em conta as actividades que têm o maior potencial de surtir um impacto sobre a produtividade, e estas devem ser geridas para resultados.

Consultas com líderes agrícolas, profissionais da agricultura, negócios agrícolas e agricultores africanos, negócios agrícolas e agricultores africanos, resultaram numa importante aceitação de que os fracassos nas várias áreas institucionais constituem os principais factores que impedem o progresso no sector. Fraquezas nas capacidades, o insuficiente envolvimento do utente final, sistemas ineficazes de apoio ao agricultor, bem como a fragmentação sistemática entre os elementos do conjunto do sistema de inovação (i.e. entre organizações de investigação, extensão, formação, agricultores, o sector privado, consumidores, etc.), são comuns na grande parte das instituições e actividades da produtividade agrícola em África. O PCDA salienta ainda que esses problemas são exacerbados pela natureza fragmentada do apoio externo e pelo

investimento inadequado geral na investigação agrónómica e na disseminação e adopção de tecnologias.

Consolidando esse consenso, o FAAP faz uma resenha do que os interessados africanos pensam ser necessário para revitalizar a agricultura africana. A emergente agenda africana para o melhoramento da produtividade agrícola, sua rentabilidade e sustentabilidade através da inovação, destaca três principais elementos: (i) A reforma institucional, incluindo o aproveitamento eficaz de recursos para actividades mais susceptíveis de realizar incrementos na produtividade; (ii) o incremento do investimento total; e (iii) a harmonização do financiamento. Um desenvolvimento detalhado sobre como implementar as recomendações para cada um dos elementos da agência e, evidentemente, específico em termos do tempo e da localização, e deve ser determinado país por país e caso por caso.

O resto desta secção discute cada um dos elementos do quadro, em pormenor, enquanto que a secção seguinte discute a sua implementação.

3.1 Evolução e Reforma de Instituições e Serviços Agrícolas

Lições de todos os cantos do continente africano e de outros quadrantes demonstraram que a eficácia das instituições de geração e disseminação de tecnologias agrícolas depende da relevância e da capacidade de resposta às necessidades dos agricultores. Presentemente, as necessidades dos agricultores e dos negociantes na agricultura muitas vezes não comandam suficientemente a orientação dos serviços de investigação e extensão agrícolas, resultando na falta de relevância e de impacto. Mesmo quando relevantes, a perícia e as tecnologias muitas vezes não são assumidas amplamente pelos agricultores, sugerindo também a falta de eficácia na transferência de tecnologias. A dificuldade em manter o capital humano nesses sistemas, o clima burocrático do sector público e a insuficiência crónica dos recursos operativos também constroem o desempenho dos sistemas de investigação, extensão, formação e educação (sugerindo uma inadequação de investimentos no capital humano).

A fim de garantir o sucesso dos esforços da África na produtividade agrícola, esses devem reflectir os seguintes princípios:

1. da autonomização do utente final para assegurar a sua participação significativa no estabelecimento de prioridades e de programas de trabalho para a investigação, extensão e formação, a fim de garantir a sua relevância;
2. da subsidição planeada para dar responsabilidade e controlo sobre recursos para actividades de investigação, extensão e formação agrícola ao nível mais baixo apropriado da agregação (local, nacional e regional);
3. do pluralismo na prestação de serviços de investigação, extensão e formação agrícolas a fim de que diversas habilidades e forças de uma vasta gama de provedores de serviço (por ex: universidades, ONGs, sectores público e privado) possam contribuir às operações de produtividade agrícola publicamente apoiadas;

4. de abordagens baseadas na evidência que colocam ênfase na análise de dados, incluindo factores económicos e orientação do mercado no desenvolvimento de políticas, no estabelecimento de prioridades e na planificação estratégica para a investigação, a extensão e a formação agrícolas;
5. da integração da investigação agronómica nos serviços de extensão, no sector privado, na formação, no reforço de capacidades e nos programas de ensino a fim de se responder de forma holística às necessidades e às oportunidades para inovação no sector;
6. da incorporação explícita de critérios de sustentabilidade na avaliação de investimentos públicos no programa de produtividade e inovação agrícolas (fiscais, económicos, sociais e ambientais);
7. da utilização sistemática de sistemas melhoradas da informação da gestão, particularmente para a planificação, a gestão financeira, a reportagem, a monitoria e a avaliação;
8. da introdução da partilha de custos com os utentes finais, de acordo com a sua capacidade de pagamento, para melhorarem a sua parte na eficiência da provisão de serviços e para melhorarem a sua sustentabilidade financeira; e
9. da integração das considerações do género a todos os níveis, incluindo os agricultores e suas organizações, o sector privado, instituições públicas, investigadores e trabalhadores de extensão.

Esta lista de princípios norteadores não é exaustiva e não aborda todo o aspecto da concepção institucional relevante a intervenções na produtividade agrícola. Porém, identifica que merecem a atenção mais urgente. Alguns programas já ensaiam a inclusão desses princípios. Para outros, a sua aplicação na reforma das estruturas institucionais ajudará a resolver os problemas atrás discutidos, particularmente o melhoramento da relevância e da eficácia dos sistemas de investigação e extensão, e formação relacionada, programas de reforço de capacidades e ensino, que são essenciais para a realização de maior impacto sobre a produtividade, a rentabilidade e a sustentabilidade agrícolas.

3.1.1 Autonomização

A autonomização do agricultor² irá desempenhar um papel preponderante no melhoramento da produtividade agrícola e nos esforços para desenvolver sistemas capazes de forjar maior conhecimento do agricultor, o controlo de fundos, a capacidade organizacional e a participação institucional; permitindo os produtores serem parceiros mais activos nas iniciativas de produtividade agrícola. Isso requererá o seguinte:

²A autonomização é realizada quando os agricultores, através dos seus grupos, adquirem a capacidade de determinar as suas próprias necessidades e metas de produção, e assumem a autoridade, os recursos e as habilidades para chamar à responsabilidade e influencia o conteúdo dos serviços agrícolas públicos e privados, tais como a extensão, a investigação, a formação, a informação, o investimento e a comercialização.

1. Permitir que expressem as suas exigências e que estabeleçam a agenda de investigação;
2. Proporcionar-lhes acesso à informação;
3. Permitir que participem ao nível intelectual;
4. Permitir-lhes participação no controlo de qualidade;
5. Permitir que aprendam e que transformem as suas aldeias e comunidades em centros de conhecimento;
6. Fazer com que os sistemas de investigação e assessoria respondam e sejam responsáveis;
7. Investigação na TIC e nas técnicas de ensino à distância capazes de colocar os agricultores na vanguarda, tornando-os autónomos ao acesso à informação que necessitam, quando a necessitam.

Os agricultores que têm a capacidade para analisar os seus constrangimentos e identificar oportunidades, articular as suas necessidades, trocar conhecimento e melhorar o seu poder negocial, terão melhor acesso ao e o uso de conhecimento e tecnologias agrícolas relevantes. Por outras palavras, os agricultores e outros beneficiários devem ser autonomizados através do conhecimento, do controlo de fundos e de fortes organizações, a fim de levarem avante o desenvolvimento. Ao mesmo tempo que a autonomização do agricultor pode visar o reforço de capacidades do agricultor e de um grupo de agricultores, esta deve ser integrada em todos os sistemas de desenvolvimento e de disseminação de tecnologias agrícolas para permitir a emergência de uma abordagem mais da base ao topo, dando aos utentes finais uma verdadeira voz. O FAAP terá diferentes funções na autonomização dos agricultores, tal como a seguir é explicado.

Colocar os Agricultores no Centro dos Sistemas de Inovação Agrícola: O FAAP advoga que os agricultores estejam no centro das abordagens dos sistemas de inovação. Com efeito, a principal preocupação do FAAP é a de autonomizar os agricultores a fim de que sejam intervenientes activos no melhoramento da produtividade agrícola não só em termos do incremento dos seus rendimentos, como também na tomada de decisão sobre como os programas e as políticas são moldados. Intervenientes tais como formuladores de políticas, investigadores, trabalhadores de extensão ou agências de desenvolvimento, devem responder mais perante os agricultores. O FAAP, conseqüentemente, defenderá no seio de todos os intervenientes que a autonomização do agricultor seja colocada na frente. Reunirá capacidades, de dentro ou de fora da África, para essa finalidade.

O FAAP como facilitador de mudanças institucionais e do reforço de capacidades que contribuirão à autonomização dos agricultores. Encorajará os diferentes actores tais como os investigadores, a apoiarem o desenvolvimento de organizações viáveis de produtos que possam representar agricultores e pastores na formulação de políticas públicas, abrir novas oportunidades de mercado para os seus membros com os necessários insumos e serviços. Isso pode incluir o seguinte:

- Sensibilização e a mobilização de pequenos agricultores e criadores a fim de criar grupos ou associações em torno de actividades económicas (por ex.: acesso a insumos e/ou ao crédito, a comercialização, o agro-processamento);
- Reforço das capacidades das existentes associações de agricultores e organizações nacionais de produtores para proporcionarem serviços mais eficientes aos seus membros;
- Assistir organizações de agricultores para participarem na formulação de políticas, no estabelecimento de prioridades e na governação de NARS, e dos sistemas dos serviços de assessoria;
- Promover a utilização de tecnologias modernas e de abordagens de ensino à distância que permitam os agricultores e criadores terem conhecimento e inovarem com confiança; e
- Estabelecer ligação entre as comunidades rurais e os mercados, através de serviços de informação interactiva que explora a tecnologia moderna de informação e comunicação (TIC) tais como o serviço móvel de mensagens curtas (SMS).

O FAAP irá desempenhar um papel catalítico na implementação das necessárias mudanças a todos os níveis. Traduzirá na prática o genuíno envolvimento intelectual dos agricultores no estabelecimento de programas de produtividade agrícola, i.e., a agenda de investigação e a investigação em si. Isso pode ser feito:

- mobilizando apoio para organizações de agricultores no desenvolvimento e na implementação de inovações promissoras;
- estimulando a revisão de quadros legais e regulatórios para criar climas institucionais de apoio; e
- adovogando a investigação no financiamento inovativo de agricultores, fornecedores de insumo e vendedores de produtos.

3.1.2 Extensão Agrária

A passagem para uma extensão agrária mais participativa permitirá uma melhor resposta às necessidades dos agricultores, facilitará a aprendizagem de como eles poderão incrementar a sua própria produtividade, aumentar as suas receitas, colaborar efectivamente uns com os outros (e com parceiros no negócio agrícola e na investigação agrária) na abordagem dos seus problemas individuais e comuns, e se envolverem activamente com importantes interessados na determinação do processo e das direcções da inovação, incluindo a geração e a adopção de tecnologias. Deste modo, ao mesmo tempo que uma motivação subjacente é o crescimento, a extensão também contribui à **autonomização – ajudando os agricultores a se ajudarem a si próprios** – através da geração de capital humano e institucional.

Para isso, o papel dos sistemas de extensão passarão da prescrição para a facilitação. Ao invés de tentar “vender” pacotes predefinidos, a extensão centrar-se-á cada vez mais no

reforço de capacidades entre as populações rurais para identificarem e tirarem proveito de oportunidades (tanto técnicas como económicas) e melhor fazer face ao risco e à adversidade. Para desempenhar uma função tão vasta, os provedores dos serviços de extensão devem ser formados noutras áreas que não apenas a agricultura técnica. Todavia, isso não significa que eles devem voltar ao desempenho de outras funções governamentais locais tais como a administração de impostos, nem à tarefa da distribuição de crédito ou insumos tais como sementes e fertilizantes. O seu enfoque centrar-se-á na ajuda dos agricultores para que estes possam melhor compreender os seus próprios desafios da agricultura, e acessarem e utilizarem informação e associações que os possam ajudar a melhorar sustentabilidade da sua própria sobrevivência.

O sucesso dos programas de extensão depende da sua capacidade de resposta às necessidades específicas dos clientes e das oportunidades de mercado. Como consequência da autonomização, os agricultores estarão melhor equipados para seleccionarem, testarem, compararem e adoptarem apropriadas opções tecnológicas, de serviço e de mercado. Através das suas próprias associações de agricultores e governos locais, os agricultores podem participar nas decisões sobre a concepção, o financiamento, a governação, a extensão e a avaliação de programas de extensão.

A aplicação dos princípios norteadores do FAAP ajudará os sistemas de extensão agrária a se desenvolverem nas direcções atrás sugeridas, a fim de que:

- os serviços de extensão sejam cada vez mais fornecidos através de arranjos contratuais baseados no desempenho, ao invés de funcionários públicos. Potenciais provedores de serviços de extensão podem incluir combinações do sector privado, ONGs, associações de agricultores, universidades, ou quaisquer outras entidades com capacidade para prestar serviços de extensão. Ao permitir uma pluralidade de provedores, esses arranjos tiram proveito de uma variada gama de perícia no terreno já existente. Contribuem no desenvolvimento do sector privado nas zonas rurais. Os serviços de extensão prestados pelo sector privado são tipicamente mais eficazes e fiáveis pelo seu desempenho e seus resultados. Permitem também maior flexibilidade na promoção do pessoal com bom desempenho e no afastamento do que não desempenha;
- os agricultores, através dos seus grupos e associações, tenham uma importante influência sobre a afectação e a utilização de despesas de serviços agrícolas, por exemplo, contratando provedores de serviços de extensão;
- a contratação de serviços de extensão não elimine o papel do sector público: quando a prestação de serviço de extensão é dispensada em contrato, a função do governo passa a ser de financiamento, regulamentação (por ex.: política, garantia de qualidade, supervisionamento) e a provisão de formação e informação às organizações ou aos indivíduos contratados para fornecer a extensão;
- os custos de extensão sejam gradualmente partilhados com governos locais, associações de agricultores e eventualmente os próprios produtores. Para alguns produtos de base, tais como o algodão, o açúcar ou aves, os parceiros no negócio agrícola podem suportar parte do custo da provisão de serviços de extensão.

- Onde o conhecimento e soluções não estiverem disponíveis, hajam meios formais e informais para garantir que os agricultores, como grupo, tenham uma voz nas decisões que afectam a determinação das prioridades de investigação, o financiamento, a execução e a avaliação. Recursos e mecanismos devem ser estabelecidos a fim de que os agricultores e os sistemas de extensão possam pagar pelos serviços dos investigadores, sejam eles do sector público ou privado, para realizarem investigação participativa no terreno. Isso criará condições nas quais os agricultores, os trabalhadores de extensão e investigadores poderão aprender uns dos outros.
- Recursos e mecanismos estejam disponíveis aos sistemas de extensão, para que os agricultores e os provedores de serviços possam influenciar e beneficiar de programas de formação e educação existentes no sector agrícola (agricultores, provedores de serviço de extensão, investigadores, funcionários públicos, homens de negócio na agricultura, etc.).

3.1.3 Investigação Agronómica

A investigação agronómica proporciona uma oportunidade para que a criatividade, métodos científicos e o conhecimento indígena se façam sentir sobre as oportunidades e os problemas com que o sector agrícola se confronta. Ao fazer isso, a investigação leva à geração e à adaptação de inovações tecnológicas, sociológicas e económicas para uso pelos agricultores e outros actores no sector agrícola. A adopção de tecnologias e práticas que reforçam rendimentos levam ao incremento da produtividade e das receitas e à qualidade de vida melhorada e mais sustentável, incluindo a segurança alimentar. Por conseguinte, investimentos na investigação agronómica são também investimentos no crescimento. Para os pobres rurais e urbanos, os resultados da investigação agronómica ajudam a manter os alimentos acessíveis.

Em vários cantos da África, a realização do potencial da investigação agronómica para reduzir a pobreza tem sido ilusória, não obstante as suas várias conquistas. Esta realidade frustrante é evidenciada pela prevalência da pobreza, da fome e da malnutrição entre famílias agricultoras. Neste momento, o aproveitamento do potencial da agricultura no desenvolvimento e na redução da pobreza depende, em grande medida, do estabelecimento de meios para garantir a relevância das actividades da investigação agronómica ante os desafios com que os pobres e os agricultores de pequeno porte se confrontam hoje, e se confrontarão no futuro. O FAAP reconhece o importante papel que o sector público deve desempenhar, bem como a necessidade de melhor integrar o sector privado no processo, com base nos seguintes princípios:

- As prioridades são estabelecidas através de um processo transparente de recolha e análise de dados, em particular o fosso de dados, com o objectivo de seleccionar prioridades de investigação aos níveis nacional, regional e continental que serão mais susceptíveis de contribuir à realização do objectivo do PCDA do crescimento de 6% na produção agrícola;
- Os utentes finais devem engajar-se activamente no processo da determinação de prioridades na investigação agronómica, planificando e gerindo os programas de trabalho;
- A autoridade da tomada de decisão para a planificação e a implementação, bem como o financiamento, deve ser cada vez mais transferida do nível nacional para os

níveis mais baixos de governo (com representação de agricultores e de homens de negócio na agricultura), a fim de que os interessados possam ter uma voz proeminente e que possam influenciar efectivamente a tomada de decisões;

- Maior ênfase deve ser colocada sobre a colaboração transnacional através do mecanismo das organizações sub-regionais (OSRs) – com um compromisso para reduzir a redundância decorrente do facto de cada país possuir o seu próprio programa para cada tópico – e um compromisso dos países no sentido de trazerem sinergias e melhorarem a eficácia de custo proporcionando recursos ao nível das OSRs em apoio às abordagens dos programas regionais onde excessos e preocupações comuns vão para além das fronteiras;
- Ao mesmo tempo que o sector público, na maioria dos países, irá cobrir as necessidades centrais da investigação agronómica, a investigação financiada pelo erário público deve também ser levada a cabo por outros provedores de investigação. Potenciais provedores incluem investigadores, o sector privado, ONGs especializadas e, em alguns casos, organizações de agricultores. Esses provedores de investigação podem contribuir de várias formas: (i) a contratação para tarefas especificamente relacionadas à investigação, (ii) contrato de programas plurianuais; e (iii) regimes de concessão competitiva para apoiar propostas em áreas prioritárias. A contratação de serviços de investigação não substitui o papel do sector público. Quando a investigação é contratada de fora, a função do governo passa a ser de financiamento, da garantia da qualidade e da provisão de formação e informação às organizações ou a indivíduos que tenham sido contratados para prestar os serviços de investigação;
- Os custos de programas públicos de investigação agronómica estão a ser gradualmente partilhados entre governos centrais e locais, mas também com associações de agricultores e homens de negócio na área;
- O estabelecimento de estratégias nacionais de investigação agronómica através de processos participativos e multidisciplinares – e seu endosso ao nível nacional através da inclusão nas Estratégias de Redução da Pobreza (ERPs – PRSs); e
- Deve ser colocada maior ênfase sobre o desenvolvimento de recursos humanos e o sistema de investigação agronómica, através do aumento salarial, da paga pelo desempenho, melhores condições de serviço e oportunidades de formação.

3.1.4 Formação e Educação Agrícolas

A formação e a educação agrícolas têm um impacto directo sobre a produtividade agrícola e o desempenho do negócio e comércio auxiliares. Estimula também a implementação de estratégias de crescimento económico protelado pelo conhecimento e a redução da pobreza. Muitos dos agricultores africanos apenas têm acesso ao ensino primário. Isso coloca um prémio sobre a qualidade do ensino agrário no currículo primário. Além disso, para as carreiras na agricultura e em ramos relacionados poderem ser mais atraentes, é necessário que se faça um ajuste na forma como a agricultura é apresentada aos alunos. O esquema dos agricultores do futuro, desenvolvido pelo ICRAF para o ensino da agro-florestas constitui um exemplo de uma forma viável para a abordagem destas questões e o conceito deve ser alargado ainda mais.

Os agricultores e criadores de gado precisam do apoio de serviços de extensão e assessoria favoráveis das mais apropriadas abordagens, tais como dias de campo e escolas de campo do agricultor, rádios comunitárias e telecentros nas aldeias. Tendo em conta as distâncias e as fracas infra-estruturas, os intervenientes agrícolas devem

também tirar proveito das tecnologias modernas de informação e comunicação (TICs) e metodologias de ensino à distancia.

A qualidade da formação agrária terciária é crucial porque determina a perícia e as competências dos cientistas, dos profissionais, dos técnicos, dos professores, da função pública e de líderes de negócio em todos os aspectos da agricultura e das indústrias relacionadas. Reforça as suas capacidades para terem acesso a conhecimento e adaptá-lo às prevalentes circunstâncias, bem como gerar novo conhecimento que terá influência em outros. Há um consenso entre estudos recentes, tais como os realizados pelo Conselho Inter-academias e a Comissão para a África, de que deve ser tomada uma acção urgente para restaurar a qualidade da formação agrária ao nível de graduação e pos-graduação.³

O número de instituições de ensino privadas em África aumentou dramaticamente, mas as suas contribuições continuam ainda marginais para a agricultura, em comparação com as instituições públicas. O apoio público ao reforço da formação agrária deve promover uma abordagem radicalmente nova à solução de problemas individuais e institucionais, bem como à manutenção de padrões globais. Para ser efectivo deve, entre outras coisas:

- criar condições de trabalho competitivas que atraiam e retenham os melhores cérebros, o que requer o estabelecimento de padrões para reformas institucionais (na estrutura e nos programas), bem como maior e melhor aproveitamento de recursos;
- estabelecer ligações entre instituições nacionais, sub-regionais, regionais e globais;
- garantir que os currículos melhor respondam às necessidades de desenvolvimento;
- melhorar o acesso a material didáctico localmente relevante e baseado nas experiências de investigação agronómica em África;
- estabelecer a separação institucional e programática entre universidades e NAR's, que resulte na utilização ineficaz da capacidade e concorrência improdutiva;
- reforçar a qualidade da prestação de serviços de ensino elevando o conhecimento e as habilidades dos investigadores e educadores;
- reforçar o ensino e a formação nas tecnologias capazes de garantir um progresso mais acelerado na abordagem dos constrangimentos agrícolas africanos, incluindo a biotecnologia e a TIC;
- contextualizar o ensino na gestão do risco e incerteza relacionados à agricultura de pequeno porte, por ex.: a mudança climática, a globalização e acordos e convenções internacionais;
- preparar melhor os alunos com habilidades e ferramentas que necessitam para o desenvolvimento e a implementação de sistemas inovativos baseados no conhecimento;
- melhorar a harmonização de tópicos sobre o aproveitamento da terra e o meio ambiente (incluindo a biodiversidade, a bioenergia, a sequestração do carbono, etc.);
- reforçar o ingresso de mulheres, comensurável com o seu papel predominante no sector;
- estabelecer ligações no sistema de ensino, do ensino formal à formação profissional;

³ Em linha com a Declaração do Milénio da Associação das Universidades Africanas e a Declaração da Cidade do Cabo, dos Ministros da ACP responsáveis pela Ciência e Tecnologia.

- criar sinergias entre instituições e currículos no ensino, na investigação e na extensão; e
- melhorar aspectos de mais valia, comercialização e agro-negócio.

3.2 Incrementar o Nível do investimento na Produtividade Agrícola de África

Estima-se que, no geral, cerca de 2.5 biliões de \$EU são gastos anualmente nos programas de produtividade agrícola da África (incluindo despesas públicas e privadas aos níveis local, nacional, sub-regional e global. A grande parte desse gasto é concentrada nos programas nacionais (vide o gráfico adiante) – cerca de metade dos quais sendo financiado por governos e a outra metade a partir de fontes externas. Uma proporção muito ínfima do total (cerca de 25 milhões de \$EU) é administrada ao nível sub-regional, pelas OSRs.

Em média, a intensidade da investigação e do desenvolvimento agrícola africana⁴ estima-se em cerca de 0,75 por cento do PIB agrícola, o que representa menos de um terço dos países desenvolvidos. Todavia, há uma grande variação entre países africanos, com alguns a investirem a níveis idênticos aos dos países desenvolvidos.

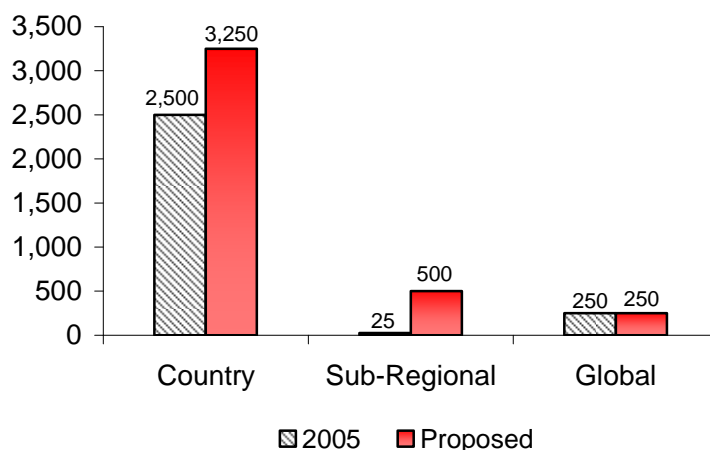
A maioria depende apenas entre 0,2 e 0,5 por cento. O Conselho Inter-academias recomenda que os países africanos se engajem num aumento dramático e sustentado nas despesas de investigação e desenvolvimento agrícolas para realizarem uma intensidade de pelo menos 1,5 por cento até 2015.

Por conseguinte, é sugerido um substancial incremento no investimento para galvanizar a produtividade agrícola da África, capaz de elevar as despesas acumuladas anuais para pelo menos 4 bilhões de \$EU até 2010. Isso exigirá que os países africanos incrementem os seus gastos em um terço sobre os actuais níveis para 3.25 bilhões de \$EU. Aos níveis sub-regional e continental, os actuais níveis de investimento de cerca de 25 milhões de \$EU por ano deveriam aumentar para 500 milhões de \$EU. Os investimentos globais deviam ser mantidos aos cerca de 250 milhões de \$. A fim de atingir e sustentar esses níveis de investimento, os países africanos devem aumentar as suas próprias contribuições ao investimento na produtividade agrícola, enquanto que os países desenvolvidos, as agências associadas de desenvolvimento e as instituições internacionais de desenvolvimento deverão honrar o seu compromisso em incrementar de forma sustentável o seu apoio a esses programas.

Governos africanos comprometeram-se a dispender 10% dos seus recursos orçamentais nacionais na agricultura. Ao mesmo tempo que o aumento do nível de investimento na agricultura e nos programas de produtividade agrícola é importante, a eficácia dos investimentos em curso e futuros deve ser assegurada. A aplicação do FAAP a todos os níveis implicará a reavaliação dos programas e instituições em curso, a fim de os alinhar aos objectivos e aos princípios do FAAP. O primeiro passo seria uma análise da intensidade de dados da actual situação e uma avaliação dos investimentos mais susceptíveis de contribuir à meta do PCDA de 6% de crescimento agrícola. Programas apoiados por recursos tanto existentes, como novos, devem alinhar-se ao FAAP e aos resultados dessa análise a fim de maximizar a eficiência e a eficácia.

⁴Medida como despesa pública total na investigação e no desenvolvimento agrícolas, como percentagem do produto interno bruto agrícola. Discutido no relatório do Conselho Inter-academias sobre a “realização da promessa e do potencial da agricultura africana (Junho de 2004).

ASS: Extensão e Investigação Agronómicas (Milhões de \$EU/ano)



3.3 Apoio Financeiro Alinhado e Coordenado

O apoio nacional a programas de produtividade e de crescimento agrícolas tem sido inadequado e muitas vezes fraco e ineficazmente distribuído. O apoio de doadores à África passou a ser para o preenchimento de lacunas, mas tem geralmente sido fragmentado e inadequadamente coordenado, muitas vezes através do financiamento de projectos discretos. Isso tem frequentemente resultado na criação de sistemas paralelos com pacotes de gestão, aquisição, recrutamento de pessoal e remuneração, bem como de prestação de contas e reportagem separados. Essa forma de tratar as coisas geralmente reduz a eficácia, a eficiência, e a sustentabilidade. A fragmentação no apoio a intervenções e a instituições da produtividade agrícola da África pode ser reduzida através da adopção de mecanismos e de procedimentos comuns para alinhar e coordenar o apoio dos parceiros ao desenvolvimento, com recursos nacionais. A harmonização e o alinhamento exigirão que todos os parceiros trabalhem no sentido de uma agenda comum e acelerada. Devem também acordar na prestação de contas mútua que possa ser coordenada através de sistemas comuns de monitoria e avaliação.

À medida em que a agenda de crescimento agrícola se vai afirmando, e à medida em que os países avançam para os seus compromissos para financiarem os seus próprios programas agrícolas, o papel dos doadores diminuirá conseqüentemente. A visão do FAAP é a da redução da fome e da pobreza através do crescimento agrícola, contribuindo também ao crescimento do PIB nacional e, deste modo, incrementando os recursos nacionais, tanto públicos como privados, disponíveis para financiar programas de crescimento agrícola.

O investimento sustentável na inovação agrícola é tão crucial para um país, quanto o investimento sustentado nos serviços de saúde.

Esta mudança no sentido da harmonização e do alinhamento⁵, também apoiada pela NEPAD, foi formalizada por doadores e países parceiros na Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda⁶ que defende que: (i) os países em vias de desenvolvimento exerçam uma liderança efectiva sobre as suas políticas e estratégias de desenvolvimento; (ii) os países doadores baseiem o seu apoio geral nas estratégias, nas instituições e nos procedimentos nacionais dos países beneficiários; (iii) os países doadores trabalhem para que as suas acções sejam mais harmonizadas, transparentes e colectivamente eficazes; (iv) todos os países administrem os recursos e melhorem a tomada de decisões para resultados; e (v) os países doadores e em vias de desenvolvimento prometam que respondem mutuamente pelos resultados de desenvolvimento. No tocante ao desenvolvimento agrícola e rural, a harmonização é também encorajada pela Plataforma Global para o Desenvolvimento Rural (GPRD).⁷

O FAAP apoia a agenda para a harmonização e o alinhamento não só ao nível de país, mas também a níveis sub-regional e continental, na medida em que irá reforçar o impacto geral do financiamento governamental e a assistência às actividades de desenvolvimento da produtividade agrícola com o acometimento a objectivos conjuntos, bem como a redução de custos de transacção na planificação, na reportagem e na aquisição. Isso deve também contribuir para um financiamento mais exaustivo e sustentado das actividades baseadas nas prioridades nacionais e sub-regionais.

A fim de se avançar no sentido da harmonização, as seguintes mudanças graduais devem ser operadas aos níveis nacional, sub-regional e continental:

- ♣ Passar do modo de “projecto” (sob o qual os doadores apoiam actividades específicas) para apoio programático (possivelmente com marcos nacionais) para a grande parte do orçamento das instituições beneficiárias (incluindo despesas recorrentes);
- ♣ Adopção de processos comuns para diálogo estratégico e planificação das actividades a serem apoiadas por doadores – estas deverão estar consistentes com programas institucionais e horizontes de tempo das instituições beneficiárias;

⁵ Harmonização: os doadores organizam as suas actividades de forma a maximizar a sua eficácia colectiva. Promovendo o uso de arranjos comuns, a harmonização pode ajudar a incrementar a eficácia enfocando os recursos em objectivos comuns e acordados. A harmonização pode incrementar a eficiência da ajuda com a redução, para os doadores e parceiros, do fardo administrativo da gestão de actividades múltiplas.

Alinhamento: os doadores baseiam o seu apoio nos países parceiros (ou OSRs) estratégias, sistemas e procedimentos de desenvolvimento. Para países parceiros ou OSRs, isso significa ter boas políticas, estratégias e sistemas de desenvolvimento para a gestão da ajuda. Para os doadores, significa usar as políticas, as estratégias, as instituições e os sistemas de desenvolvimento dos países parceiros como quadro de referência para o proporcionamento da ajuda.

⁶ Vide <http://www.aidharmonization.org>

⁷ A GPRD é uma iniciativa de agências de desenvolvimento e instituições internacionais de financiamento para melhorar a colaboração entre doadores e diálogo coordenado com países parceiros. A GPRD tem três pilares: advocacia, aprendizagem partilhada e harmonização da ajuda (<http://www.gdprd.org>).

- ♣ Procedimentos, monitoria e avaliação comuns da gestão financeira, sistemas de reportagem e revisão – consistentes com as instituições beneficiárias;
- ♣ Onde viável, adaptação dos procedimentos usados nas operações em curso ou já acometidos aos procedimentos harmonizados acima descritos; e
- ♣ Estabelecimento de fundos fiduciários multi-doadores (fundos de cabaças), ou fundos de colecta nas contas das instituições beneficiárias, incluindo um financiamento cerne sem restrições (apoio orçamental).

Vários doadores estão empenhados à Declaração de Paris. Todavia, a realização de melhor harmonização e alinhamento deve ser abordada de forma flexível. Ao nível de país, a advocacia pela melhor harmonização e alinhamento não será geralmente específica a intervenções na produtividade agrícola; ao invés, terá lugar aos níveis sectorial ou nacional. Isso seria reflectido nas estratégias de países, declarações de política, evolução institucional e programas, e como tal, seria discutido e revisto durante reuniões de mesa redonda de países da NEPAD. Compromissos idênticos de alinhamento e procedimentos de revisão deveriam ter lugar aos níveis sub-regional e continental, com o apoio do FAAP. Seria, todavia, altamente desejável que uma massa crítica de apoio harmonizado fosse realizada aos níveis nacional e sub-regional.

4. Utilização do FAAP

4.1 Panorâmica

O FAAP pretende ser uma ferramenta para proporcionar uma boa orientação quanto à direcção geral em que as intervenções da produtividade agrícola podem ser melhor aplicadas para incrementar o crescimento agrícola e complementar os outros 3 pilares do PCDA. O FAAP é também uma ferramenta que visa apoiar os processos de orientação de instituições e seus programas nas direcções por ele advocadas. Pretende servir de uma ferramenta de advocacia capaz de oferecer aos líderes um maior acesso ao apoio político, técnico e metodológico, bem como financeiro para as suas políticas, os seus planos e suas instituições relacionadas à produtividade agrícola. Esta secção sugere como o FAAP pode ser usado como uma ferramenta neste sentido, no contexto das várias intervenções que são supostas ser da sua alçada aos níveis nacional, sub-regional e continental.

4.2 Nível Nacional

A comunidade de prática da África sublinhou a importância da abordagem de insuficiências em três áreas, a fim de facilitar a inovação – o reforço de capacidades; a autonomização do agricultor e o melhoramento da eficácia dos serviços de investigação e extensão agrárias. Identificou uma série de intervenções específicas tipicamente necessárias ao nível nacional em cada uma dessas áreas (estas serão alistadas nos Anexos a serem finalizados e publicados numa data posterior) e identificaram também os princípios norteadores que, se incorporados nos programas de produtividade agrícola, os tornaria mais eficazes (*Secção 3*).

Muitos dos programas de produtividade agrícola são apropriados ao nível nacional. Estes incluem serviços de investigação, de adaptação e aplicada, de extensão (assessoria), bem como programas do ensino primário e secundário e de formação

relacionada, e alguns dos programas de ensino pós-secundário. Ao mesmo tempo que todos estes programas se baseiam no conhecimento e na informação, redes, tecnologias, cooperação científica e tecnológica proporcionada por programas sub-regionais, continentais ou globais (vide secções que se seguem), a interface primária entre esses programas e agricultores e homens de negócio na área é da responsabilidade das instituições e dos programas nacionais. Os países não precisariam de desenvolver os seus próprios e separados programas de produtividade agrícola para terem acesso a recursos incrementais de “observação do FAAP”. Ao invés, os princípios do FAAP devem ser aplicados às intervenções em curso e futuras. Devem também estimular e influenciar reformas institucionais, onde apropriado.

Para os programas nacionais poderem desenvolver-se com êxito nas direcções do FAAP, devem aspirar às seguintes características:

- Identificar limitações técnicas, sociológicas e económicas específicas à produtividade ao nível nacional;
- Enfatizar a capacidade de resposta às condições do mercado e à *justificação económica* como factores-chave para a determinação de investimentos na geração, na disseminação e na adopção de tecnologias – assegurando que a produtividade não seja almejada como um fim em si, mas como um instrumento para o melhoramento do rendimento e de receitas;
- Promover a partilha do conhecimento e o desenvolvimento de sinergias e de mecanismos de reacção a fim de garantir que haja suficiente *ligação entre a extensão, a investigação e a educação, e o sector privado* e melhor colaboração nos sistemas gerais da geração, da disseminação e da adopção de tecnologias;
- Participação de todos os interessados no estabelecimento de prioridades, na planificação e na implementação de programas.

Instituições nacionais de produtividade agrícola empenhadas ao desenvolvimento das suas próprias políticas, instituições e estratégias e planos relacionados nas direcções sugeridas pelo FAAP, serão capazes de atrair apoio político, cooperação técnica e apoio financeiro dos seus governos, suas OSRs, da FARA, da NEPAD e de doadores. Um tal empenhamento por parte de cada país deverá ser assinalado no contexto do PRSP do governo e das estratégias sectoriais que se prendem com a produtividade agrícola. Os doadores deveriam alinhar e coordenar o seu apoio a essas intervenções nacionais tal como sugerido acima. Isso podia ser indicado através de um MdE entre o governo e grupos de doadores agrícolas, prometendo apoio conjunto à estratégia, ao reforço e a actividades institucionais afins (incluindo reforma onde apropriada).

4.3 Nível Sub-regional

Embora muitas das actividades de desenvolvimento tecnológico sejam melhor geridas ao nível nacional, algumas são melhor geridas a um nível mais alto de agregação. Onde as condições agro-climáticas, sociais e económicas são idênticas ao nível transfronteiriço, a cooperação sub-regional em relação a alguns aspectos das actividades de produtividade agrícola podem melhorar a eficiência e a eficácia: permitindo que os custos e os benefícios transfronteiriços sejam internacionalizados na planificação e no

estabelecimento de prioridades; possibilitando economias de escala; tornando possível o estabelecimento de programas com uma massa crítica mínima de pessoal e facilidades; e evitando duplicações.

Na gama dos programas da produtividade agrícola, não é só com relação à investigação que um papel melhor desempenha ao nível sub-regional. É necessário que instituições e programas sub-regionais ofereçam e proporcionem apoio a instituições nacionais de investigação, extensão, formação/educação agrícola e autonomização pública e privada de agricultores, e suas operações. Este tipo de apoio consiste na oferta de apoio e serviços ao reforço de capacidades, plataformas e serviços de estabelecimento de redes, bem como à facilitação de coordenação entre programas nacionais e internacionais. A lista de recomendações específicas neste sentido será incluída nos Anexos.

Os programas das Organizações Sub-regionais (OSRs) de Investigação, nomeadamente a ASARECA, ARINENA e CORAF, SADC-FANR⁸ são exemplos de iniciativas e instituições que trabalham a esse nível. Os actuais mandatos das OSRs são os de: coordenar os programas de investigação e desenvolvimento de interesse comum aos NARSs nas suas sub-regiões; organizar a partilha do conhecimento e o desenvolvimento de recursos humanos; e reforçar parcerias com centros da CGIAR e outras instituições avançadas de investigação. Os Estados Membros africanos suportam alguns dos custos de funcionamento das OSRs e proporcionam substanciais contribuições sob a forma de facilidades e de recursos humanos. Para programas dessa natureza aos níveis sub-regionais poderem avançar com êxito nas direcções do FAAP, devem responder às seguintes características (em adição às já alistadas para o nível nacional na secção precedente):

- Identificar limitações técnicas, sociológicas e económicas específicas à produtividade ao nível subregional
- Enfatizar a capacidade de resposta às condições do mercado e à **justificação económica como** factores-chave para a determinação de investimentos na geração, na disseminação e na adopção de tecnologias – garantindo que a produtividade não seja prosseguida como um fim em si, mas como uma ferramenta para o melhoramento dos rendimentos e das receitas;
- Enfoque nas áreas de actividade para que a sub-região tenha uma vantagem comparativa sobre as acções nacionais. Na mesma conformidade, e tal como ditado pela **subsidiaridade**, os programas sub-regionais não incluiriam actividades mais efectivamente apoiadas aos níveis nacional ou mais baixo;
- Empregar um **modelo pluralista** nas modalidades regionais da implementação de programas no sentido de se tirar proveito das habilidades encontradas dentro das instituições públicas e privadas na região, reter a flexibilidade e beneficiar da prestação de contas decorrente da concorrência;

⁸ ASARECA: Associação para o Reforço da Investigação Agronómica na África Oriental e Central (<http://www.asareca.org>); CORAF/WECARD: Conselho Oeste e Centro-Africano para a Investigação e o Desenvolvimento Agrícolas (<http://www.coraf.org>); SADC-FANR: Direcção da Alimentação, Agricultura e Recursos Naturais da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (<http://www.sadc.int/english/fanr>); e AARINEANA: Membros da Associação de Investigação Agronómica da África do Norte no Próximo Oriente e na África do Norte (<http://www.aarinena.org>).

- Devem ser realizadas actividades, tanto quanto possível, na base da **partilha de custos** com programas nacionais e/ou utentes finais por forma a que países e interessados possam exercer direito de propriedade sobre programas sub-regionais;
- Desempenhar um papel de advocacia e apoio aos países membros a fim de incrementar a afectação de recursos às operações de produtividade agrícola e ao melhoramento do desempenho das instituições interessadas (incluindo reformas, onde apropriado);
- Visando a sustentabilidade, os custos dos programas sub-regionais devem ser cada vez mais partilhados pelos países da sub-região, e em alguns casos por homens de negócio na agricultura ou outros interessados e parceiros.

Ao nível sub-regional, as OSRs serão capazes de procurar apoio de outros países membros, da FARA, da NEPAD e das CERs e doadores aos níveis político, técnico, metodológico e financeiro a favor de programas desenvolvidos ao longo das linhas advogadas pelo FAAP, e seus princípios. Cada OSR deveria preparar e adoptar uma estratégia a longo prazo e um plano operacional a médio prazo para estimular o seu programa de produtividade agrícola. Os doadores seriam supostos alinhar e coordenar o seu apoio nas linhas sugeridas na Secção 3.3. Isso seria assinalado através de um MdE entre as OSRs e os doadores, prometendo apoio conjunto à estratégia e a programas relacionados.

4.4 Nível continental

Existe claramente um papel, ao nível continental, para uma instituição que advogue pelo investimento na investigação e no desenvolvimento agrícolas, para proporcionar serviços em rede a instituições nacionais, sub-regionais e globais no que toca as questões da produtividade agrícola em África. Isso inclui a necessidade do reforço do intercâmbio de informação e aprendizagem agrícolas, a promoção de parcerias de valor acrescentado, onde apropriado, a facilitação e a administração de serviços e programas de reforço de capacidades para instituições nacionais e sub-regionais, a condução e a facilitação de debates sobre o estabelecimento de estratégias e prioridades ao nível continental, e a implementação de actividades destinadas a apoiar elementos específicos dos programas da produtividade agrícola, relacionadas às questões de constrangimentos e necessidades acima indicadas, para os quais as economias de escala, a necessidade da especialização, ou a existência de efeitos colaterais impõe que a administração seja colocada ao nível continental.

Para o FARA poder desempenhar a bom porto o seu papel e desenvolver-se nas direcções sugeridas acima, deverá adoptar os princípios norteadores do FAAP – por outras palavras, as actividades do FARA devem contemplar as seguintes características:

- Subsidiaridade na localização da tomada de decisões para encorajar a participação e a propriedade;
- A intervenção do FARA acrescentará valor aos programas das OSRs;
- Há economias de escala que podem ser derivadas ao nível continental;

- Os programas serão planeados e implementados em contextos de sistemas inovativos que envolvem actores de toda a corrente de valor através de abordagens multi-disciplinares, multi-institucionais e multi-interesses, garantindo que os serviços de investigação e de apoio sejam adequadamente contextualizados e que tenham resultados com altos níveis de propriedade;
- Acesso equitativo e contribuição à geração, à partilha e à disseminação de informação.

Ao nível continental, através do empenhamento a se desenvolver nas direcções advogadas pelo FAAP, o FARA será capaz de proporcionar apoio político, técnico e financeiro de países membros, OSRs, NEPAD, União Africana (UA), CERs e doadores. O FARA demonstraria o seu empenhamento às direcções delineadas no FAAP através de um plano estratégico. Os doadores preparariam um programa conjunto de apoio financeiro para a pasta de programas do FARA e comprometer-se-iam a esse apoio harmonizado através de um MdE.

4.5 Contribuições internacionais

O CGIAR, Centros Internacionais de Investigação Agronómica não pertencentes ao CGIAR, instituições regionais de investigação e desenvolvimento agrícola incluindo ONGs internacionais e organizações da sociedade civil, escritórios especializados da UA, instituições não-africanas de investigação avançada e outros programas internacionais estão a fazer importantes contribuições ao desenvolvimento agrícola africano através da investigação e do reforço de capacidades. Isso será encorajado ainda mais ao abrigo do FAAP, o que irá proporcionar o benefício adicional de maior consistência com prioridades e modo de operação africanos. A adesão aos princípios norteadores do FAAP irá também facilitar a determinação de onde e como as capacidades das instituições internacionais podem melhor contribuir à investigação e ao desenvolvimento agrícola africana no contexto das estratégias nacionais e regionais e das contribuições de provedores de serviço alternativos. As contribuições serão, entre outros, nas seguintes áreas principais:

- Garantir que as melhores práticas, dados, conhecimentos e perícia de outras regiões do mundo tenham impacto sobre questões africanas;
- Proporcionar informação e dados baseados na investigação para a formação e o desenvolvimento de currículos e cursos;
- Proporcionar perícia especializada em ciências de perita, incluindo a bio-ciência, ciências sociais e análise de políticas;
- Criar uma massa crítica e reforçar capacidades através de investigação colaborativa;
- Permitir réplicas e comparações inter-países e trans-continentais para informar a investigação e o desenvolvimento africanos.

5. Aprendizagem de lições e o FAAP

5.1 O FAAP e os Processos de Revisão do PCDA

Tal como discutido na introdução a este documento, o FAAP é uma ferramenta que pretende assistir na implementação da visão do PCDA (o Capítulo IV em particular). A NEPAD-UA está no processo de desenvolvimento de um processo de revisão do PCDA. Instituições nacionais que aderem ao FAAP participam nos processos de revisão aos níveis nacional, sub-regional e continental. Programas ao nível sub-regional teriam participação plena nos processos de revisão do PCDA. O FARA participaria num processo de revisão relacionado ao PCDA no que toca as suas iniciativas ao nível continental – para além de assistir a NEPAD na revisão geral do Pilar IV do PCDA.

Espera-se que revisões terão lugar primeiro em 2010 e depois em 2015, a fim de determinar o progresso do Pilar IV do PCDA. Este calendário corresponde com o objectivo da avaliação da contribuição da agricultura para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs). As revisões estabelecerão o estado da inovação agrícola pelo continente inteiro e recomendarão novos melhoramentos na base da experiência da sua utilidade e de novas circunstâncias.

5.2 Monitoria e Avaliação do FAAP

Há duas partes envolvidas na monitoria do FAAP. O primeiro passo é a monitoria da sua implementação, enquanto que o segundo é a monitoria e a avaliação dos seus resultados e impactos depois de iniciada a implementação. A monitoria da implementação do FAAP envolverá o seguimento do progresso realizado nos programas nacionais, sub-regionais e continentais à medida em que vão avançando para a observação do FAAP. Um sistema de monitoria e avaliação (MdA) do FAAP seguirá o seu progresso em conformidade com operações relacionadas à produtividade agrícola africana na contribuição às metas e aos objectivos do Pilar IV do PCDA. Serão estabelecidos marcos para seguir o progresso nas reformas e no desenvolvimento institucionais (enfoque na pobreza, equidade do género, governação e capacidade de resposta e sustentabilidade financeira) e com metas específicas para acção pelas partes pertinentes a todos os níveis.

O melhoramento do enfoque e da eficácia na geração e na disseminação de tecnologias agrícolas é um empreendimento a longo prazo que requer a monitoria de uma vasta gama de medidas, incluindo insumos de investimento, produção, comércio e o impacto sobre a produtividade e as receitas. O FAAP encoraja, no contexto das actividades da NEPAD/PCDA, o estabelecimento de capacidades substancialmente reforçadas e harmonizadas da M&D aos níveis de países, sub-regional e continental, as OSRs assumirão a vanguarda, ao nível regional, no seguimento do progresso realizado pelo FAAP na contribuição ao avanço da agenda do crescimento agrícola africano.

A NEPAD/PCDA está a organizar-se, juntamente com as comunidades económicas regionais e seus países membros, para estabelecer mecanismos para a revisão, a monitoria e a avaliação paritárias, bem como a gestão do conhecimento. O FARA irá coordenar-se com esses sistemas, mas irá também garantir que a monitoria e a avaliação das questões específicas ao Pilar IV do PCDA e ao FAAP sejam cobertas ao nível apropriado.

Algumas considerações indicativas que devem ser parte dos sistemas expandidos de M&E para a inovação agrícola aos níveis nacional e sub-regional podiam incluir o seguinte:

- Investimento na investigação agronómica e nos sistemas de disseminação por governos nacionais, doadores, o sector privado e ONGs;
- Tendências no valor da produção e da produtividade agrícolas;
- Tendências no valor do comércio agrícola;
- Tendências nas receitas dos agricultores e na medição da pobreza;
- Indicadores da capacidade e da reforma institucionais, incluindo medições para o melhoramento nos sistemas financeiros, na auditoria, a gestão do pessoal, aquisições, etc.;
- O volume de novas tecnologias disponibilizadas para transferência;
- O número de agricultores, processadores e outros que adoptaram novas tecnologias;
- A área sob novas tecnologias/número de animais melhorados/volume do produto processado;
- Marcos no progresso de políticas;
- Políticas, estratégias e programas existentes para desenvolver/disseminar tecnologias com a participação dos agricultores;
- O número de doadores que coordenam e harmonizam o seu apoio ao do FAAP.

Esta lista de indicadores não é exaustiva, e pormenores para cada tipo de indicador e como será obtido, deverão ser extraídos como parte do FAAP aos níveis nacional, sub-regional e continental. A NEPAD, o FARA, as CERs, NARS e OSRs irão colaborar no desenvolvimento de indicadores que sejam consistentes e comparáveis.

6. Conclusão e Seguimento

O FAAP será uma ferramenta de advocacia à disposição de todos os interessados na investigação agronómica e na disseminação e adopção de tecnologias para a realização das metas e dos objectivos do Pilar IV do PCDA. Proporciona os princípios e as directivas capazes de, por intermédio da sua aplicação, reforçar a complementaridade das diversas contribuições com as prioridades nacionais e sub-regionais e o resultado colectivo de todos os actores. O FAAP irá reforçar a capacidade da África na inovação agrícola que permitirá a agricultura transformar-se num motor para o desenvolvimento proporcionando um quadro para melhores arranjos institucionais, particularmente a respeito do reforço de capacidades, a autonomização dos agricultores e o reforço dos serviços de apoio ao agricultor; promovendo também o alinhamento de recursos e o incremento de financiamento.